

ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes

DESTAQUE



nº 302 | fevereiro '20
Trimestral | 0,6€



Tomada de posse, no dia 3 de janeiro de 2020, da Delegação Distrital de Castelo Branco da APD.

Esteve presente na tomada de posse o Presidente da União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho, Pedro Leitão, que cedeu as instalações para a nossa sede, no edifício da Junta de Freguesia de Cantar Galo, 1.º andar, na Covilhã, o Vice presidente da APD, o Tesoureiro e o jornal e rádio Notícias da Covilhã.

Reforçar a APD é um imperativo

Depois da acalmia política que se seguiu às eleições legislativas e a pausa habitual do período das festividades natalícias, a discussão e votações à volta do Orçamento de Estado para 2020 trouxe de novo à ribalta os grandes problemas da sociedade portuguesa, particularmente os défices estruturais e os desequilíbrios sociais, e as diferentes perspetivas político-partidárias para a sua resolução.

E como sempre acontece, nesse período, a APD interveio junto dos Grupos Parlamentares afim de os informar sobre as injustiças de que são objeto as pessoas com deficiência e, subseqüentemente, de os sensibilizar para a tomada de decisões pró-inclusão, em sede do Orçamento de Estado 2020.

Com esse objetivo a APD elaborou um documento com propostas fundamentadas para que o Orçamento de Estado fosse mais inclusivo. Nesse documento, entregue aos

Grupos Parlamentares que se dispuseram a receber a APD, reclamou-se um plano efetivo de eliminação dos obstáculos que impedem a acessibilidade das pessoas com deficiência à via, edifícios, equipamentos e transportes públicos, o respeito da legislação que garante a atribuição universal e gratuita de produtos de apoio, o aumento do orçamento na educação de forma a contemplar o necessário apoio a crianças e adolescentes com NEE (necessidades educativas especiais), o aumento e a diversificação dos incentivos ao emprego de pessoas com deficiência. A APD solicitou, também, aos deputados o aumento da base da Prestação Social para a Inclusão (PSI) até ao montante estimado para o limiar da pobreza assim como uma solução para as pessoas que ficaram desprotegidas pela extinção da pensão social de invalidez. Enfim, a APD voltou a insistir na urgente necessidade da Assembleia da República legislar

no sentido de possibilitar a antecipação da reforma aos trabalhadores com deficiência, sem penalizações.

Tendo seguido o processo de discussão e votação final do Orçamento de Estado 2020, através do canal TV da Assembleia da República, o Jornal Associação pode constatar que muitas foram as propostas de alteração ao Orçamento contemplando as preocupações/reivindicações apresentadas pela APD aos grupos parlamentares pelo que, embora nem todas as propostas tenham sido aprovadas, comprazemo-nos certificar que o esforço de sensibilização valeu a pena e que devemos persistir nesse caminho. Reforçar a APD é, pois, um imperativo. Por isso saudamos a ação de todos os dirigentes da APD, em particular os dirigentes das Delegações Locais e Distritais que têm conseguido ultrapassar os mais diversos constrangimentos, sobretudo a carência de meios e, claro, damos as boas vindas

à Direção Distrital de Castelo Branco cujo renascimento é prova da vitalidade da nossa Associação!

O movimento associativo das pessoas com deficiência, universo onde se insere a APD, deve a sua existência à necessidade de se lutar por uma sociedade inclusiva onde todos e cada um possam exercer o direito à felicidade. Este é o mote da entrevista de Bruno Lopes, jovem dirigente da APD que se tem destacado na promoção do desporto adaptado quer através da prática desportiva quer através da permanente luta para que os responsáveis políticos nacionais e autárquicos proporcionem as condições materiais indispensáveis à prática desportiva. Na defesa do associativismo das pessoas com deficiência, este número do Jornal Associação dá também a palavra a Joaquim Cardoso para relembrar a importância e o significado da comemoração do Dia Mundial do Braille que ocorreu a 4 de Janeiro.

**Crimes nazis
- o extermínio das
pessoas com deficiência**

p.2

**Entrevista a Bruno Lopes,
dirigente e atleta
da APD Lisboa.**

centrais

**Reabilitar «Braille»
no início de novo decénio
é imperativo de inclusão**

p.7

**Seleção Nacional de
Andebol CR impedida
de treinar**

p.8

IV Encontro do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos

APD na defesa dos direitos das pessoas com deficiência

Ana Sezudo, Presidente da Direção Nacional da APD, fez uma intervenção na MESA REDONDA – Deficiência, Políticas Públicas e Direitos Humanos, no IV Encontro do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), da qual publicamos alguns excertos:

“O grande problema que se coloca, e que denota a ausência da parte dos governos de uma perspetiva abrangente das políticas públicas na área da deficiência, é, desde logo, esta área estar adstrita às atribuições do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Esta compartimentação perpetua a visão da deficiência como uma matéria maioritariamente dependente de apoios sociais e não como uma questão de direitos humanos”.

“Temos defendido que a deficiência, por ser uma matéria transversal, devia ser tutelada por um organismo criado na dependência do Conselho de Ministros e, igualmente, existir um órgão de consulta, constituído pelas organizações representativas das pessoas com deficiência na esfera deste organismo. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece a participação como obrigação geral e como questão transversal. A Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência, quer pela sua composição, quer pelas suas reduzidas atribuições, não tem correspondência, no entender da APD, com a importância que a Convenção atribui à participação das Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência (ONGPD) na definição, implementação e monitorização das políticas e medidas na área da deficiência.”

“... a ausência da participação das ONGPD na elaboração de legislação conduziu ao desvirtuamento de várias medidas legislativas que têm sido aprovadas nos últimos anos. Destacamos, pela sua importância, o Re-

gime Jurídico da Educação Inclusiva que, por exemplo, manteve as escolas de referência em contraciclo com o que preconiza a Convenção”.

“A quota de emprego no setor privado é outro aspeto que não teve em consideração quer as propostas das ONGPD, quer o que estabelece a Convenção. Ao não considerar obrigatórias as adaptações razoáveis, o Diploma deixa margem às empresas para não contratar pessoas com deficiência. Este Diploma veio ainda colocar um novo problema que carece de clarificação urgente e que se prende com o facto de haver empresas que, por terem trabalhadores com atestado de incapacidade multiuso temporário passados em razão de doença oncológica, estarem a considerar estes trabalhadores para efeitos de preenchimento da quota de emprego. A consideração destes atestados está também a contribuir para que o número de pessoas com deficiência considerados nas estatísticas da Administração Pública seja muito elevado”. Não querendo ser muito exaustiva na apreciação de legislação específica, referirei apenas o Modelo de Apoio à Vida Independente. A acessibilidade é essencial para que não haja restrições dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Dez anos após a ratificação da Convenção, mantêm-se no essencial os obstáculos que já existiam e não está no horizonte próximo a elaboração um plano nacional de acessibilidade destinado a eliminar as barreiras físicas, de informação e de comunicação”.

LEGISLAÇÃO

Portaria n.º 27/2020 — Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS). O valor do IAS para o ano de 2020 é de 438,81€;

Portaria n.º 28/2020 — Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31

Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2020. A presente Portaria determina as seguintes atualizações:

As pensões estatutárias e regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social e as pensões de aposentação, reforma e invalidez do regime de proteção social convergente, atribuídas anteriormente a 1 de janeiro de 2019, são atualizadas pela aplicação das percentagens seguintes:

- 0,7 %, para as pensões de montante igual ou inferior a 877,62€;
- 0,24 %, para as pensões de montante superior a (euro) 877,62 e igual ou inferior a 2632,86€;
- As pensões de montante superior a 2632,86€ não são objeto de atualização, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

Aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral com carreira contributiva relevante para a

taxa de formação da pensão inferior a 15 anos é garantido um valor mínimo de pensão de 275,30€. O complemento por dependência dos pensionistas de invalidez, de velhice e de sobrevivência do regime geral de segurança social é fixado em 105,9€ nas situações de 1.º grau e em 190,61€ nas situações de 2.º grau.

Enquanto que o complemento por dependência dos pensionistas de invalidez, de velhice e de sobrevivência do regime especial das atividades agrícolas, do regime não contributivo e dos regimes a este equiparado é fixado em 95,31€ nas situações de 1.º grau e em 180,02€ nas situações de 2.º grau.

Portaria n.º 29/2020 — Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31

Estabelece a atualização dos valores do complemento extraordinário das pensões de mínimos de invalidez e velhice do regime geral de segurança social, do regime especial das atividades agrícolas, do regime não contributivo e regimes equiparados e dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas, bem como das pensões de mínimos de aposentação, reforma e sobrevivência do regime de proteção social convergente, para 2020;

Portaria n.º 30/2020 — Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31

Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2021. A idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2021, é 66 anos e 6 meses.



Viagem aos mistérios do OE 2020 – Algumas evidências e interrogações

Está na ordem do dia a votação do Orçamento do Estado (OE), ou seja, o que o Estado prevê vir a ter de receitas e como planeia gastar o dinheiro correspondente. É, pois, uma Lei que vai influenciar fortemente a vida de cada um de nós e que por isso interessa a todos entender o que ela (a Lei orçamental) diz. Para isso é necessário conhecer e analisar a documentação de suporte à proposta governamental.

Essa documentação, produzida pela Direção Geral do Orçamento e disponibilizada no seu site, inclui 21 mapas estatísticos, 2 relatórios e 1 anexo explicativo, cuja análise é naturalmente uma tarefa árdua e que necessita de alguns esclarecimentos, sobretudo sobre a organização e conteúdo dos mapas. Temos Mapas de Receitas e de Despesas para os Serviços Integrados, para os Fundos e Serviços Autónomos (SFA) e para a Segurança Social, os três subsectores do OE. Os Serviços Integrados são fundamentalmente os Ministérios; os FSA são instituições públicas que têm receitas próprias e autonomia de gestão, incluindo a possibilidade de recorrerem diretamente ao endividamento, como é o caso dos Institutos Públicos, das Universidades e da maior parte dos Hospitais; finalmente, o subsector Segurança Social integra instituições como, por exemplo, o

Centro Nacional de Pensões.

No caso dos Serviços Integrados, salta imediatamente à vista a desproporcionada dotação atribuída ao Ministério das Finanças, 75% do valor total da despesa (Mapa II), ficando o Ministério da Saúde com menos de 6%, o da Educação com menos de 4% e o do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social com 8,3%. Como explicar tão dramática desproporção?

A razão principal é porque a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGGP), tutelada pelo Ministro das Finanças (o “milagroso” Centeno), tem uma dotação orçamental de quase 120 mil milhões de euros, ou seja, 93% de todo o Ministério. Perante este extraordinário valor, foi-se indagar o destino previsto para uma tão elevada despesa pública. É aqui que entra a informação do Relatório do Orçamento de Estado 2020.

Este Relatório mostra que os Serviços Integrados do Estado têm a responsabilidade de executar 21 Programas Orçamentais, correspondendo cada Programa ao desenvolvimento de políticas públicas através da implementação de determinadas medidas. Por exemplo, a política “Mais e melhor inclusão para as pessoas com deficiência”, inserida no Programa Operacional PO15,

será desenvolvida através de um conjunto de medidas de que é exemplo “a implementação do pleno alargamento da Prestação Social de Inclusão (PSI) às crianças e jovens com deficiência”. Ora, no que concerne ao PO6, relativo à Gestão da Dívida Pública, o Relatório limita-se a informar que o PO6 tem duas vertentes, uma que contempla os encargos da Dívida e as transferências do OE para um Fundo de Regularização da Dívida, outra referente a um Fundo Autónomo gerido pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a tal com dotação orçamental de quase 120 mil milhões de euros!

Confuso? Pelo menos pouco transparente e sobretudo inquietante, devido aos valores em causa e ao facto dos 120 mil milhões de euros representarem um aumento de 84% relativamente a 2019. E do lado das receitas? Como se financia este aumento?

A resposta é simples: através do endividamento correspondente a um “Passivo Financeiro” orçamentado em 123 mil milhões de euros (Mapa I). Impõe-se, então, uma legítima pergunta:

estamos num círculo vicioso em que os custos inerentes à gestão da enorme dívida pública obrigam o Ministério das Finanças a contrair mais dívida?

Helena Rato

A não esquecer!

Crimes nazis contra a Humanidade – o extermínio das pessoas com deficiência

No dia 27 de Janeiro comemoraram-se os 75 anos da Libertação do Campo de Concentração de Aushwitz, um dos muitos utilizados pelos nazis para o extermínio em massa de pessoas consideradas, por eles (os nazis), inúteis ou indesejáveis. Como sempre acontece todos os anos, nesse dia designado pelas Nações Unidas o Dia do Holocausto, recordaram-se e homenagearam-se os milhões de judeus assassinados. Mas, se este ano também foram justamente lembradas as vítimas de etnia cigana, permaneceram esquecidos os opositores e resistentes ao nazi-fascismo e as pessoas com deficiência. E no entanto... no entanto, o programa nazi de extermínio em massa nas câmaras de gaz foi concebido, testado e desenvolvido utilizando as pessoas com deficiência como cobaias! Como foi isto possível?

Os nazis acreditavam que a Humanidade era constituída por “raças”, havendo uma “raça” superior, a ariana, a que pertenciam as pessoas altas, loiras e de olhos azuis (curiosamente Hitler não tinha nenhuma dessas características!) e

que era predestinada a dominar todas as outras. Nesta base desenvolveram uma política dita de “higienização racista” que começou por recorrer à esterilização massiva e compulsiva de milhares de pessoas e à eutanásia das pessoas (adultos, crianças e idosos) com doenças consideradas incuráveis, doenças psiquiátricas e malformações hereditárias. Posteriormente esta prática foi alargada a todas as pessoas com deficiência. O extermínio das pessoas com deficiência foi concebido e executado pelo Programa médico de eutanásia denominado Aktion T4. No início o método de eutanásia era a injeção letal, mas, rapidamente, começou a ser experimentada a morte por monóxido de carbono, existindo registos de testes experimentais com câmaras de gaz realizados na Prisão de Brandenburgo, logo em 1939. Subsequentemente foram construídos protótipos de câmaras de gaz, disfarçadas em chuveiros. A partir daí, os nazis estavam prontos para passarem ao extermínio em massa nos Campos de Concentração.





Dar voz a quem não tem voz

O sonho comanda a vida – o que nós

Conheci o Bruno Lopes quando vim integrar a Direção Nacional da APD, em agosto de 2016. Já lá vão, portanto, quase quatro anos de trabalho e convívio em que aprendi muito sobre a luta das pessoas com deficiência pelo direito a viver como qualquer outra pessoa. O Bruno é uma dessas pessoas que não desistem do sonho e ajudam a construir um mundo melhor.

POR: Helena Rato

Bruno, conta-me como foi. Para começar, conta-me as tuas origens...

Tenho 37 anos. Nasci em Lisboa, na Maternidade do Hospital D. Estefânia, em 1982. Os meus pais são naturais de concelhos do Distrito de Santarém, mais concretamente, o meu pai é de Mação e a minha mãe do Sardoal. Vieram para Lisboa muito jovens, à procura de uma vida melhor e de serem felizes. O meu pai começou a trabalhar muito jovem para ajudar a minha avó, que tinha ficado viúva, e, em Lisboa, ingressou na PSP. Quando eu nasci a minha mãe era doméstica. Quando o meu irmão nasceu (4 anos depois), as despesas aumentaram, pelo que teve de ir trabalhar para o Hospital de Santa Maria.

O meu irmão mais novo, o André, talvez influenciado pelo meu pai e por mim, tirou o curso de Mecatrónica Automóvel e atualmente está a trabalhar na Suíça, para onde emigrou, também à procura de melhores condições de vida. Fiz a primária na Escola Primária n.º1 da Pontinha, em Odivelas, mas o ciclo preparatório já o fiz na Amadora. Sempre passei à primeira e com boas notas!

Porquê a Amadora?

Na Pontinha, vivíamos num apartamento arrendado. Ora, o sonho dos meus pais era terem uma casa própria, e conseguiram concretizar esse sonho. Construíram-na de raiz, aos fins-de-semana. Primeiro, compraram o terreno e depois foram erguendo a casa, eles próprios, com a preciosa ajuda de familiares e amigos que também se tinham mudado para a grande Lisboa. Na Amadora, completei o Ensino Secundário e depois ingressei no ISEL (Instituto Superior de Engenharia de Lisboa), em Eng. Mecânica.

Foi, então, que tiveste o acidente?

Sim, tinha 23 anos e estava a acabar o Bacharelato. Como era bom aluno, aproveitei uma oferta de emprego na OPEL/FULCAR, continuando a frequentar o ISEL em horário pós-laboral. Estava muito contente. Receber salário dava-me confiança, podia ajudar nas contas da casa e ter dinheiro para mim próprio. Permitiu-me comprar a moto que está na origem do acidente, uma Honda CBR 600!

Como aconteceu o acidente?

Pois! na realidade não sei muito bem. Fui contra um poste elétrico no início de uma curva perto do stand da Opel em Lisboa. O embate foi violento, fiquei “entalado” entre o poste e a moto. A moto ficou desfeita do lado direito e o meu lado direito também. Literalmente, o meu corpo abriu-se internamente, fiz múltiplos traumatismos, fraturas, perdi o rim direito, lesão verto-medular, etc... e a memória desse dia também, pois não me lembro de nada, estou a relatar o que me contaram depois.

Lembro-me de teres relatado que o acidente se deu porque um atacante do sapato se prendeu na roda da moto...

Parece uma coisa estúpida, mas acho que foi por isso, foi o que me contaram. Estive 22 dias em estado de coma no SMI do Hospital Stª. Maria. Quando acordei, não sabia onde estava, tinha perdido completamente a noção do tempo e do espaço. Mais tarde, tive a noção de que me salvei porque alguém que viu o meu acidente (gostava ainda de saber quem...) chamou logo o INEM e este chegou muito rapidamente. O acidente ocorreu perto do Hospital Stª Maria, na Av. do Brasil. Tive sorte, porque a equipa do INEM foi muito competente e eficaz – eu estava já em paragem cardio-respiratória e parei outra vez já no bloco operatório das urgências. Quando saí do coma (após 22 dias), estive duas semanas no serviço de Ortopedia e depois fui a uma consulta no CMR Alcoitão, onde, sem qualquer expectativa, dei entrada imediata.

E isso fez toda a diferença...

Sem dúvida que sim, mas não só... em todo o processo de recuperação, foi também decisivo o apoio permanente da família e amigos, pois, numa primeira fase, entreguei-me ao desânimo e à tristeza, numa atitude pessimista sobre o futuro, com a perfeita noção de que todos os meus sonhos e projetos tinham acabado! Sentia-me muito frágil, muito debilitado, com muitas dores, tinha perdido muita massa muscular, tinha um ar cadavérico, com menos 30 kg!

Então, levaste muito tempo a recuperar?

Sim. O meu acidente foi muito grave. Nestes casos a taxa de mortalidade é superior a 90%. Por isso, naturalmente, a recuperação foi muito lenta e demorada... estive praticamente um ano internado em Alcoitão e, aí, passada aquela primeira fase do luto, comecei a reparar que não estava sozinho, que havia muitas outras pessoas como eu, vindas de todos os cantos do país, de todas as idades, origens sociais, que tinham também as suas histórias, os seus planos, os seus sonhos. Percebi que tínhamos de enfrentar a adversidade juntos! Espantei-me com o sorriso e a alegria de muitas dessas pessoas, algumas, já com vários internamentos e em situações bem piores do que a minha, eram muito independentes e autónomas. Por outro lado, mesmo no internamento, fui reparando que existiam alguns aspetos a precisar de ser melhorados, como a qualidade da comida da cantina ou a limpeza das toaletes. Por vezes, os auxiliares/enfermeiros demoravam demasiado tempo a atender quando algum dos companheiros internados tocava a campainha e isso despertou em mim a vontade de ajudar, de ser solidário, de ser amigo. Tornei-me então o “porta-voz” dos mais “injustiçados”, fiz algumas reclamações por escrito (alguns companheiros não ousavam reclamar por temerem represálias, por exemplo, terem alta médica antes do tempo necessário, sem terem a habitação e a família em condições de os ajudar).

Fizeste amigos?

Sim, fiz muitos amigos. Também eu recebi muita solidariedade quando estava totalmente dependente. Havia um grande espírito de entreajuda. No início, tive a ajuda inestimável do Sr. Serafim, da Comporta, que já faleceu entretanto, e do Sérgio, rapaz de etnia cigana, muito amigo, com um coração enorme. Dos meus primeiros amigos, recordo ainda, um rapaz da Moita, o Campante, um jovem da PSP de Campo Maior, o Remudas, o Ricardo, de S. Luís, no Alentejo. Recordo, também, um rapaz da Madeira que estava no 3º piso e veio passar um Natal com a minha família, para não ficar sozinho em Alcoitão. Muitos de



nós ainda hoje mantemos contacto, sobretudo através das redes sociais, onde por vezes discutimos sobre as injustiças de que sofrem as pessoas com deficiência e as medidas que deviam ser implementadas para ajudar à inclusão. Por exemplo, falamos sobre a falta de acessibilidades, a falta de transportes públicos, a falta de empregos, sobretudo nas zonas rurais, questões cuja resolução deveria ser uma prioridade para o Governo.

Foi ainda em Alcoitão que encontraste a APD, creio...

O meu primeiro contacto com a APD foi pelo desporto adaptado. Desconhecia por completo a APD e esta realidade desportiva. A APD Lisboa foi fazer uma demonstração com o GDD Alcoitão, no auditório do Alcoitão, e fiquei impressionado pela negativa! Achei o basquete CR (cadeira de rodas) muito violento, a forma como os atletas se entregavam ao jogo era muito intensa, fiquei tão receoso que nem quis experimentar... agora não quero outra coisa (risos). Nessa demonstração, por acaso, o meu tio, que também lá estava, reconheceu

desejamos é ser felizes!



os meus planos, a estar ocupado! Quando voltei para casa o meu contrato de trabalho tinha terminado, tinha muito tempo livre que precisava de ocupar. Por isso, ter uma atividade desportiva e usufruir da convivência com os outros atletas foi muito importante.

Aproveito para denunciar o abandono a que são votadas as pessoas com deficiência quando lhes é dada alta médica. Estas pessoas deviam ter apoio quando saem do hospital. Deviam ter informação e ser orientadas para enfrentar a vida fora da instituição. Deviam ser informadas sobre os direitos que a Lei lhes dá, sobre o que fazer para terem os produtos de apoio que necessitam, sobre como procurar emprego, como adaptar o carro, escolher a melhor cadeira de rodas, etc...

E para a APD? Além de seres o responsável pelo pelouro do Desporto, és o Secretário da Direção Nacional e, nessa condição, integras o Secretariado Executivo da APD...

Foi o António Caeiro, à época dirigente do pelouro do desporto da APD-Lisboa, quem me convidou para integrar a Direção Nacional da APD, como suplente, em 2010. Ele apreciou a minha maneira de ser, pró-ativa, com vontade de ajudar a dinamizar a Associação. Aceitei o convite porque sempre me moveu a ideia de ajudar as pessoas a terem uma melhor qualidade de vida, ajudar a sentirem-se úteis e válidas, a sentirem-se realizadas e felizes. Sim, porque no final de contas o que desejamos é ser felizes!

Tem valido a pena? Achas que a tua participação na Direção da APD tem ajudado?

Penso que sim, porque na APD tenho encontrado essa vontade, a vontade de em conjunto lutar para mudar mentalidades e ajudar à construção de uma sociedade mais justa. Na APD existem pessoas muito heterogéneas, de várias idades, de várias áreas de formação, discutimos os problemas e debatemos opiniões para se proporem as melhores soluções para melhorar a vida das pessoas com deficiência. Conseguir, a pouco e pouco, ir mudando mentalidades ao nível do poder político é muito positivo e gratificante.

Como dirigente, que mensagem gostarias de transmitir ao poder político?

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não acontece só aos outros... ninguém sabe o dia de amanhã... que não conseguimos

prever o futuro e que ninguém está preparado para viver numa cadeira de rodas. Como tal, há que olhar para a temática da deficiência com sentido de missão, com a enorme importância e riqueza que a deficiência tem.

A deficiência não discrimina ninguém. Há pessoas com deficiência de todas as raças, credos, estratos sociais, orientações sexuais, saldos bancários, partidos políticos, etc. Como prioridade e "desígnio nacional" escolheria a questão sem dúvida mais importante: há que resolver, de uma vez por todas, a falta de acessibilidades, incluindo a disponibilização de transportes públicos acessíveis. As acessibilidades e transportes públicos devem ser prioridades nacionais, a fim de se criar uma dinâmica de canalização de investimentos em sede de Orçamento de Estado nesses domínios. É também importante formar e informar os serviços de fiscalização, os donos de obra, arquitetos e engenheiros, da necessidade de cumprirem, em obra, as normas técnicas sobre acessibilidades.

Depois, na minha opinião há que implementar políticas concretas de desenvolvimento do interior e de apoio à natalidade. Porque, efetivamente, Portugal não é só Lisboa e Porto. Nas zonas rurais é unânime que a qualidade de vida é melhor mas não há oportunidades de emprego. Sem essas oportunidades (no sector público e privado) as quotas não servem de nada. Por exemplo, quando em Macedo de Cavaleiros se encerram todos os serviços públicos, os bancos, os CTT, centros de saúde, para que servem aí as quotas de emprego? É também necessário desenvolver políticas concretas que tornem a habitação acessível e que promovam a natalidade, como seja a disponibilização de creches com qualidade.

E no desporto?

O desenvolvimento do desporto escolar é essencial para se poder, também, desenvolver o desporto adaptado nas escolas. O desporto deve começar no berço e não apenas quando já somos adultos. Atualmente, o apoio ao desporto escolar e desporto adaptado é uma farsa. Se não fosse o esforço das associações, como a APD, não havia desporto adaptado!

As Federações incluíram o desporto adaptado nas respetivas modalidades com total falta de conhecimentos técnicos e humanos sobre a realidade destas modalidades, embora recebam financiamentos para tal. Há pois, que definir e implementar uma

política desportiva para todos os níveis de ensino, a começar no ensino primário e a terminar no ensino universitário, onde se devia promover campeonatos interestaduais, a exemplo dos EUA.

Devia haver a possibilidade de atletas poderem ter uma carreira profissional no desporto adaptado em Portugal. Só capacitando e valorizando os atletas será possível brilharmos internacionalmente, nomeadamente nos jogos paralímpicos.

Tudo isto não esquecendo o que disse sobre acessibilidades. Há atletas que ficam em casa por falta de transportes e de acessibilidades, para não falar das dificuldades de treino por falta de pavilhões ou material técnico, nomeadamente as cadeiras de competição..

Bruno, estamos a chegar ao fim desta entrevista e como falaste em realizar sonhos e conquistar a felicidade, não posso deixar de referir que essa tua luta tem tido muitos bons resultados. O mais recente é o teu casamento com a Catarina. Parabéns!

Foi acontecendo e fazia todo o sentido... (risos) Pedi a Catarina em casamento na Madeira (no miradouro do Cabo Girão) aquando dum jogo Especiais vs APD-Lisboa... foi inesquecível... O amor é o que nos move... com ou sem deficiência, o que interessa é o que queremos fazer com a nossa vida! Se queremos fazer a diferença ou não, só depende de nós, de quem nos ama e nos quer bem...



um colega de trabalho, o António Vilarinho, e apresentou-me. O Vilarinho, que era atleta da APD-Lisboa e deficiente das Forças Armadas, deu-me grandes ensinamentos sobre o desporto adaptado.

Eu sempre gostei, e praticava desporto mesmo antes do acidente. Estou convencido que a minha preparação física na altura me ajudou a sobreviver ao acidente. Quando comecei a sentir-me em forma e a sentir que o meu corpo queria mais, pedi para ir a Cascais assistir a um jogo do campeonato nacional, GDD Alcoitão vs APD-Lisboa. Tive essa oportunidade e, no intervalo, fui experimentar lançar ao cesto e acertei logo! Gostei, queria mais... A dona Fernanda (funcionária da APD-sede) deu-me um cartão da APD, convidando-me a contactar a Associação quando tivesse alta médica. Assim fiz, e passei a integrar a equipa de desporto da APD-Lisboa.

Essa foi uma ótima decisão para ti e para a APD.

Para mim, sem dúvida! Pois ajudou-me a reintegrar as minhas rotinas, a vida social,

CONVOCATÓRIAS

Amadora

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Local da Amadora, para o **dia 28 de Fevereiro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na Praceta Bento Moura de Portugal, (Centro de Infância da Venda Nova) – 2700-109 Amadora**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Amarante

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Local da Amarante, para o **dia 29 de Fevereiro, pelas 14h30, na Sede da Delegação, sita na R. do Salto, 135 – São Gonçalo – 4600-281 Amarante**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Braga

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Distrital de Braga, para o **dia 29 de Fevereiro, pelas 13h30, na Sede da Delegação, sita na R. do Raio, 2 – 1º - 4700-921 Braga**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Cascais

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Local de Cascais, para o **dia 29 de Fevereiro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na R. D. Luis da Cunha – Pai do Vento – 2755-283 Alcabideche**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Chaves

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Local de Chaves, para o **dia 29 de Fevereiro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na Urbanização Sá Taqueiro – Praceta Bernardim Ribeiro, Lj. 2/3 - Aregos – 5400-115 Chaves**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Évora

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Distrital de Évora, para o **dia 27 de Fevereiro, pelas 17h00, na Sede da Delegação, sita na Pça. da Liberdade, 1 – 7150 Borba**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Figueira da Foz

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Local da Figueira da Foz, para o **dia 22 de Fevereiro, pelas 18h00, na Associação Desportiva Cultural e Recreativa Vateca, sita na R. da Vateca, 13 – 3090-497 Figueira da Foz**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Leiria

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Distrital de Leiria para o **dia 29 de Fevereiro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na Travessa Vieira de Leiria, 15 – 2430-276 Marinha Grande**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Paredes

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Local de Paredes, para o **dia 29 de Fevereiro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita em Bairro “O Sonho” R. Francisco Teixeira do Couto Bl. 5 – c/v – 4580 Paredes**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Porto

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Distrital do Porto, para o **dia 29 de Fevereiro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na R. Cerco do Porto – Edifício 33, nº 1057 – 4300-122 Porto**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

RAM

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Local da Região Autónoma da Madeira, para o **dia 28 de Fevereiro, pelas 17,30 horas, na Sede da Delegação, sita na Urbanização Ribeira Grande – Rua Antero de Quental, Bloco 10 – Loja 11 – Santo António – 9000-127 Funchal**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

São Miguel

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Local do S. Miguel, para o **dia 22 de Fevereiro, pelas 14h30, na Sede da Delegação, sita na R. Bento José Morais, 3 – S. Pedro - 9500-772 Ponta Delgada**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Sede

Ao abrigo do Artigo 19º n.º 2, do artigo 18º alínea f) dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Geral Ordinária para o **dia 28 de março, pelas 13h30, na Sede Nacional, sita no Largo do Rato, 1B – 1250-185 Lisboa**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019 da Delegação Local do Seixal;

Ponto 2. Apreciação e votação do Relatório de Atividades referente a 2019;

Ponto 3. Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2019 e Parecer do Conselho Fiscal;

Ponto 4. Deliberação e decisão sobre perda de qualidade de sócio de Nuno Henriques Silva no âmbito do processo disciplinar 1/2019, nos termos do artigo 9º n.º1 segunda parte e n.º2 dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes.

Ponto 5. Deliberação e decisão sobre a extinção da Delegação Local de Estarreja, nos termos do artigo 18º alínea k) dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes.

Ponto 6. Vários.

Lisboa, 29 de janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Setúbal

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Distrital de Setúbal, para o **dia 29 de Fevereiro, pelas 15h00, na Sede da Delegação, sita na Rua Cândido Manuel Pereira, loja 1 – Mercado Municipal – 2835-694 Lavradio**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Sintra

Ao abrigo da alínea b) do Artigo 39º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea l) do Artigo 48º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Local de Sintra, para o **dia 29 de Fevereiro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na R. Mirita Casimiro, 5 – 2725-276 Mem Martins**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades relativo a 2019;

Ponto 2. Apreciação e votação das Contas do Exercício de 2019;

Ponto 3. Vários

Lisboa, 30 de Janeiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Nota:

Se à hora marcada não estiver presente o número suficiente de associados para o seu funcionamento, a Assembleia terá início uma hora depois, qualquer que seja o número de sócios presentes.

Contribua
com 0,5%
do seu IRS

Ajude a APD sem custos

Preencha o quadro 11 do Modelo
3 da sua Declaração de IRS

Associação Portuguesa de Deficientes
NIF: 501129430

Atualize as suas quotas

NIB: 003506750003288643081

OPINIÃO

Reabilitar «Braille» no início de novo decénio é imperativo de inclusão

Braile abriu aos cegos o «mundo maravilhoso» da inclusão, através da educação. Este grupo progrediu imenso, avançou na fruição da igualdade, da dignidade; transformaram-se, de modo indelével, as suas condições de existência; conquistou o justo lugar na sociedade, apesar de tremendos obstáculos; a ascensão social dos cegos teve o apogeu na metade do séc. XX. O súbito retrocesso social imprevisível, no alvorecer do terceiro milénio, certas opções tecnocratizantes, o desvairedo economicismo, o declínio da Europa, que atingiram a inclusão, repercutiram na evolução da inserção dos cegos. Inesperadamente, no alvorecer do terceiro milénio, iniciou-se acentuado retrocesso: muitos cegos, apesar de sucesso no trabalho, amplamente reconhecido, foram os primeiros a ser despedidos; regrediu o acesso deste grupo ao ensino superior; retrocedeu a educação; diminuiu o número de empregados; declinaram as suas organizações representativas, atingidas: por malévolas críticas; egoísmos; narcisismos; mitos; preconceitos; aliciamentos dos poderes, cedendo à mera prestação de serviços, que conduziram à perda de capacidade de contribuir para defender, com eficiência, os direitos, progressivamente conculcados, dos cegos, vítimas do surto de políticas excluentes, sintoma da decadência dos valores sociais/humanistas, matriz civilizacional dos últimos decénios do séc. pretérito, inscritos na fundação da União Europeia. As organizações representativas dos cegos tardaram a aderir à «nossa visão», oriunda de organizações internacionais idóneas, persistiram no isolamento, não entenderam o significado da unidade, no caminho rumo

à inclusão. Celebrar «Braille» convoca à reflexão! A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – 1º tratado do séc XXI de direitos humanos – é instrumento universal, consagra os princípios matriciais da construção da sociedade inclusiva. Ratificada por muitos estados, aplaudida por inúmeras organizações vocacionadas à inclusão, há-de ser proclamada/reclamada como processo gerador de mudança profunda que ultrapasse este clima de crise cuja manutenção é antagónica à inclusão dos cegos.

**«Não queremos caridade/assistencialismo»!
A DDE/APD tem dedicado particular cuidado à intolerável desproteção dos cegos.**

A designação de pessoa cega para cargo importante na execução de programas, políticas, planos, estratégias incluídas, execução desse processo, não pode ser mero oportunismo; é preciso agir, falta percorrer longo caminho, é imperativo diálogo/participação. «Não queremos caridade/assistencialismo»! A DDE/APD tem dedicado particular cuidado à intolerável desproteção dos cegos, nas regiões deprimidas: realizou três encontros regionais; participou activamente no 1º Encontro Nacional de cegos da APD, 2001; sugeriu a realização do 2º encontro, suspenso por constrangimentos múltiplos; salientamos propostas de

acompanhamento da cegueira geriátrica, porque a rede de serviços consagrados à inclusão degrada-se, de modo intolerável, nos territórios periféricos.

A DDE/APD aprovou – colóquio, Borba, 07/12/2019 – lançar cruzada rumo à inclusão! Foi proposto proclamar «década da inclusão 2020/2030»! É determinante: encontrar aliados, parceiros, amigos, porque os indícios de exclusão adensam-se, subestimam-se os direitos humanos, retornam perigosos preconceitos/mitos, que negam a inclusão

Esta cruzada Significa: manifestação de humanismo; defesa, sempre, dos direitos humanos, sem discriminações, em igualdade, sem exclusões.

Braille seria, com certeza, nosso aliado; quem serão, nestes dias atribulados, os nossos «companheiros no «bom combate»? Fortes serão as tribulações, grandes serão os obstáculos, duros serão os adversários... Onde encontraremos os «heróis da inclusão? Quem sustentará as nossas convicções? Quem defenderá, sem transigência, os direitos humanos? Quem arrostará, sem vacilar, as agruras da luta? A História responderá! As gerações futuras condenarão fraquezas; louvarão heroísmos!

Porque «Louis Braille» abriu o «mundo novo» aos cegos, imaginemos que seria «um dos nossos»! Parece que ouvimos, do acento etéreo, a sua voz incitar-nos: à audácia, à fortaleza, à probidade, à luta tenaz para que a sua inspiração faça fruto fecundo, conduza os cegos à fruição da sociedade inclusiva – a sociedade da democracia humanizada, da indeclinável dignificação da pessoa humana!...

POR: Joaquim Cardoso, DDE/APD

ACONTECEU

**Desde novembro,
muita coisa aconteceu...**

■ 3 de dezembro
**Dia Internacional
das Pessoas com Deficiência**

Um pouco por todo o país, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência foi assinalado e comemorado com iniciativas desportivas e culturais. AAPD, em comunicado, destacou a necessidade de se assegurar a participação das pessoas com deficiência nos processos de tomada de decisão política. No âmbito das Comemorações patrocinadas pela Secretaria de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência e o INR, a equipa de Basquetebol CR4 da APD- Lisboa participou das atividades desportivas realizadas em Santarém.

■ 13 de dezembro
**IV Encontro do Observatório
da Deficiência e Direitos Humanos**

No encontro realizado para assinalar o 13º aniversário da adoção pela ONU da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Observatório fez a apresentação do relatório "Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2019". A APD esteve representada pela Presidente da Direção Nacional, Ana Sezudo, que participou na Mesa Redonda "Deficiência, Políticas Públicas e Direitos Humanos".

■ 6 de janeiro
**Encontro com a Federação
de Deficientes de Changzhou**

O encontro realizou-se na sede nacional da APD, tendo a delegação chinesa mostrado especial interesse em conhecer a legislação e a situação portuguesa das pessoas com deficiência, particularmente nas áreas da educação e emprego, institucionalização e apoios sociais

■ 15 e 22 de janeiro
**Audiências com grupos
parlamentares a propósito do OE**

Dirigentes da APD reuniram com os Grupos Parlamentares do PS, PSD, BE, PCP e Verdes para apresentar as principais reivindicações das pessoas com deficiência para o OE 2020.

■ 24 de janeiro
**Audição do Grupo Confederal
da Esquerda Unitária Europeia
/Esquerda Nórdica Verde
do Parlamento Europeu**

Na audição, para que foi convidada, a APD teve ocasião de apresentar um conjunto de propostas para a Estratégia Europeia 2020-2030, com base nas propostas do Fórum Europeu para a Deficiência.

■ 26 de janeiro
**Audiência com a Secretária
de Estado da Inclusão
das Pessoas com Deficiência**

Na audiência, realizada por solicitação da Sra. Secretária de Estado, a APD teve ocasião de expor dificuldades que enfrentam as pessoas com deficiência e dúvidas relativamente à consistência do OE para a resolução dessas dificuldades. A Sra. Secretária de Estado reiterou que a grande prioridade deste Governo será avançar na melhoria das acessibilidades.

NOTÍCIAS

APD Porto em revista

No dia 14 de janeiro, a delegação Distrital do Porto da APD deu uma entrevista para a reportagem da RTP sobre o funcionamento do SAPA – Sistema de atribuição de produtos de apoio, que é tutelado pela segurança social.

No dia 28 de dezembro, esta delegação participou numa iniciativa integrada no Torneio de Andebol KAKYGAIÁ 2019, realizado no Pavilhão Municipal de Gaia, com um jogo de Exibição de Andebol em Cadeira de Rodas entre duas equipas compostas

por atletas da Delegação Distrital do Porto A 20 de dezembro, a APD Porto realizou o Jantar de Natal dos Funcionários, Colaboradores e Dirigentes.

Esteve presente a 17 de dezembro no Plenário do Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Gaia (CLAS) que decorreu no Auditório da Assembleia Municipal de Gaia.

Nos dias 11 e 12 de dezembro, esta delegação esteve presente na "Arca de Natal – uma compra, um gesto de solidariedade" com uma exposição/venda de trabalhos realizados no Centro de Atividades Ocupacionais. Esta exposição esteve patente na Estação de São Bento no Porto.

levou a efeito, no dia 16 de novembro, a Assembleia Distrital e Apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2020, realizando ainda no mesmo dia o almoço convívio e a Festa de Magusto.



Na Figueira da Foz já se treina sobre rodas



APD Figueira da Foz criou equipa de Andebol CR. Após o protocolo assinado entre a APD – Delegação local da Figueira da Foz, a Câmara Municipal desta cidade e o Centro de Medicina e Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais, e de apenas alguns meses de treino, a APD Figueira da Foz já entrou em competição. Os treinos de Andebol em cadeira de rodas são às segundas e quintas feiras no Paião. Contamos com todos e esperamos por mais atletas!

Atletas APD impedidos de treinar em Lisboa

A cidade de Lisboa carece de equipamentos desportivos acessíveis a pessoas com deficiência. Atualmente só o Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso tem as necessárias condições de acessibilidade. É lá que a equipa de basquete CR da APD-Lisboa efetua os seus treinos. Por isso lamentamos profundamente a mensagem de 27 de janeiro do Sr. Carlos Miguel, da Câmara Municipal de Lisboa, comunicando-nos a impossibilidade de efetuarmos treinos em fevereiro, março, abril e maio! Esta situação é incompreensível, quando Lisboa se prepara para ser a Capital Europeia do Desporto 2012 e a APD Lisboa integra três jovens atletas da seleção nacional sub 22 basquete CR, tanto mais que se aproximam vários campeonatos europeus preparatórios para os Jogos Paralímpicos Tóquio 2020.



A campanha da APD Lisboa Equipa Desporto destina-se à captação de novos atletas, masculinos e femininos, através da divulgação, promoção e sensibilização da população em geral e em especial as pessoas com deficiência. Esta campanha procura a inclusão/reabilitação/lazer; o desenvolvimento

físico/intelectual, melhoria da autoestima/autoconfiança; e a competição e alto rendimento.

“O desporto vai mudar a tua vida, por isso não tenhas medo, vem até nós e agarra esta fantástica oportunidade de ser feliz”, apela o coordenador nacional de desporto Bruno Lopes.

Portugal conquistou medalha de prata no Torneio Europeu de Andebol CR



A Seleção Portuguesa de Andebol em cadeira de rodas foi o segundo classificado no Torneio Europeu de Andebol CR, em Zagreb, no passado mês de

dezembro. Portugal chegou a estar a vencer, mas a anfitriã Croácia deu a volta nos últimos minutos da partida, para os 9-8.



AGENDA

APD Braga

Encontros de Sócios

Os Encontros de Sócios da APD Braga, vão realizar-se aos sábados, a partir das 14h00, na sede da delegação, sita na Rua do Raio n.º 2, 1º, em São Lázaro – Brag, nos dias 4 de abril, 13 de junho e 19 de setembro. Não fate!

APD Porto

Assembleia Distrital e Apresentação do Relatório de Atividades e Contas

No dia 29 de fevereiro, a Delegação Distrital do Porto levará a efeito a Assembleia Distrital e Apresentação do Relatório de Atividades e Contas do ano 2019.

Carina Paim conquistou o bronze WPA e abriu quota para Portugal para Tóquio 2020



Velocista portuguesa conquistou o bronze nos 400 metros T20 no último dia do Campeonato do Mundo de Atletismo WPA, no Dubai, e garantiu a quarta quota para Portugal nos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020 nesta competição.

IPDJ aumenta apoio para os Jogos Paralímpicos

O contrato programa celebrado entre o Instituto Português do Desporto e Juventude IP (IPDJ) e o Comité Paralímpico de Portugal contempla um valor de 6,9 milhões de euros, verba que supera em 3,1 milhões a disponibilizada para os Jogos Rio 2016 e em 4,6 milhões o valor disponibilizado para Londres 2012.



ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Propriedade Associação Portuguesa de Deficientes | Redação Administração e Publicidade APD - Lg. Rato, nº 1B, 1250-185 Lisboa, tl. 213 889 883/4, fax. 213 871 095, Contribuinte nº 501 129 430, Registo ICR nº 105 717 | Redação, Design e Paginação Formiga Amarela - Oficina de Textos e Ideias, Lda. | Impressão Grafedisport-Impressão e Artes Gráficas SA. Estrada Consiglieri Pedroso nº 90, 2730-053 Barcarena | Assinatura anual (4 meses: 2€) | Depósito Legal 2667/89 | Tiragem 13 500 exemplares | Estatuto Editorial: <https://www.apd.org.pt/index.php/comunicacao-apd/jornal-associacao>

